

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A prestação dos Serviços de Distribuição Postal pelos CTT – Correios de Portugal, S.A. tem sido alvo de numerosas reclamações pela má prestação deste serviço.

Segundo informação divulgada pela comunicação social, a entidade reguladora das comunicações recebeu uma média de 79 reclamações por dia. A falta de tentativa de entrega em casa perfaz cerca de 19% das referidas queixas.

É perceptível a falta de cumprimento da entrega de correspondência nos prazos definidos. Em muitos casos os vales da pensão, as contas da água, luz ou telefone da população, chega pelas mãos do carteiro tornando assim, esta profissão uma das de maior responsabilidade.

As empresas instaladas no distrito do Porto queixam-se das consequências dramáticas do atraso no recebimento da sua correspondência, nomeadamente quando estes atrasos implicam o não cumprimento das suas obrigações, fiscais ou outras, para com o Estado e entidades terceiras.

A assinatura próxima de um novo contrato de concessão devia depender do reforço dos critérios de pontualidade e qualidade que garantissem a melhoria do serviço, nomeadamente na zona da Maia, onde se verifica uma manifesta falta de pessoal.

Contudo, apesar das graves deficiências do serviço postal, reconhecida, de resto, pela Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), o Governo assinou, em fevereiro de 2022, um novo contrato de concessão do serviço universal por mais sete anos, sem atender à exigência de um serviço de qualidade essencial para as populações e empresas.

Andou mal o Governo e, por isso, é essencial saber o que vai fazer para corrigir as manifestas deficiências do serviço dos CTT que hoje se verificam, para permitir à população e às empresas dispor do serviço postal que necessitam e merecem.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados subscritores do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm por este meio dirigir ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação, através do Presidente da Assembleia da República as seguintes perguntas:

Perguntas:

- 1 - Quais as iniciativas que o Governo vai adotar para solucionar estes problemas?
- 2 - Considerando a dimensão das consequências sobre os atrasos na receção e envio do

Serviço de Distribuição Postal, vai o Governo tornar mais exigentes os critérios da prestação dos Serviços de Distribuição Postal pelos CTT – Correios de Portugal, S.A.?

3 – Está o Governo a equacionar alterar os mecanismos de fiscalização e controlo?

3.1– Em caso afirmativo, de que forma decorrerá a alteração?

Palácio de São Bento, 13 de julho de 2022

Deputado(a)s

GERMANA ROCHA(PSD)

PAULO RAMALHO(PSD)

JOAQUIM PINTO MOREIRA(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

FIRMINO PEREIRA(PSD)

MÁRCIA PASSOS(PSD)

AFONSO OLIVEIRA(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

HUGO CARNEIRO(PSD)